

**INSTITUIÇÃO DE TEMPO PARCIAL OU INTEGRAL? UMA ABORDAGEM SOBRE
A IMPLANTAÇÃO DA NOVA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E SEUS
ÍNDICES**

**INSTITUTION OF PARTIAL OR COMPREHENSIVE TIME?
AN APPROACH ON THE IMPLANTATION OF INTEGRAL TIME EDUCATION AND
ITS INDICES**

**INSTITUCIÓN DE TIEMPO PARCIAL O COMPLETO? UN ENFOQUE PARA LA
APLICACIÓN DE LA NUEVA EDUCACIÓN A TIEMPO COMPLETO Y SUS
ÍNDICES**

Poliana Mansor Almança¹

Rafael Durant Pacheco²

RESUMO

De acordo com Ministério da Educação fomentará essa política com investimentos de R\$ 1,5 bilhão, ao longo de dois anos, com meta de chegar a 500 mil novos estudantes de ensino médio no regime de tempo integral até o fim do programa. A implantação do tempo integral nas escolas pode ocorrer de uma única vez ou de maneira gradual, com início no primeiro semestre de 2017. Diante disso o estudo em tempo integral visa buscar meios integrados com estudos técnicos para ajudar os estudantes no mercado de trabalho, com um currículo melhor. Dessa forma o governo busca meios para ajudar a implementar esse novo ensino no Brasil visando melhorias para os estudantes e os envolvidos direta e indiretamente com esses programas. Os objetivos da pesquisa foram concretizados, iremos abordar isso no decorrer do tema abordado.

Palavras-Chave: Ministério da Educação. Tempo Integral. Governo.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS, Licenciada em Ciências Biológicas. Especialista em Análise Clínicas e Patológicas. Especialista em Educação ambiental. Licenciada em Filosofia. Especialista em Educação Especial e Inclusiva. E-mail: polianaalmanca@hotmail.com

²Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales - FICS, Especialista em Docência do Ensino Religioso, Alfabetização, Artes e Gestão Escolar pela Faculdade de Tecnologia de São Francisco - FATESF, Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL. E-mail: rafaeldurantpacheco@hotmail.com

ABSTRACT

According to the Ministry of Education will promote this policy with investments of R \$ 1.5 billion over two years, aiming to reach 500 thousand new high school students in the full time regime until the end of the program. The full-time placement in schools can occur once or in a gradual manner, beginning in the first half of 2017. Given this, the full-time study aims to seek integrated means with technical studies to help students in the labor market, with a better curriculum. In this way, the government seeks ways to help implement this new education in Brazil, aiming at improvements for students and those directly and indirectly involved with these programs. The objectives of the research were fulfilled; we will address this in the course of the topic addressed.

Key words: Ministry of Education. Full-time. Government.

RESUMEN

Según el Ministerio de Educación, promoverá esta política con inversiones de \$ 1.5 mil millones durante dos años, con el objetivo de llegar a 500,000 nuevos estudiantes de secundaria a tiempo completo al final del programa. La implementación a tiempo completo en las escuelas puede llevarse a cabo de una vez o gradualmente, comenzando en el primer semestre de 2017. Dado esto, el estudio a tiempo completo tiene como objetivo encontrar formas integradas con estudios técnicos para ayudar a los estudiantes en el mercado laboral, con Un mejor currículum. Por lo tanto, el gobierno busca formas de ayudar a implementar esta nueva educación en Brasil con miras a mejorar a los estudiantes y a aquellos que participan directa e indirectamente en estos programas. Se han logrado los objetivos de investigación, abordaremos esto a lo largo del tema.

Palabras-clave: Ministério de Educação. Tiempo integral. Gobierno.

INTRODUÇÃO

Nos anos de 1931 a 1935, Anísio Teixeira assumiu a Diretoria de Instrução Pública do então Distrito Federal, e elaborou para o Rio de Janeiro um arrojado projeto educacional. Dentre as reformulações propostas pelo educador, Coelho e Cavalière (2002) destacam “a criação de divisões de prédios e aparelhamentos escolares e das bibliotecas e cinemas educativos e do instituto de pesquisas” como uma marca de sua preocupação “com as instalações escolares, com a área cultural

como um todo e com o estudo e pesquisa de novos métodos de ensino” (COELHO; CAVALIÈRE, 2002, p. 48).

Desejando concretizar o projeto educacional desenhado para o Rio de Janeiro Anísio Teixeira (1935) instalou cinco escolas experimentais para servirem de laboratório, para ensaiar e experimentar novos métodos de ensino que pudessem sustentar as mudanças desejadas em todo o sistema educacional do Distrito Federal. Não se tratavam de Escolas de Tempo Integral, eram escolas idênticas às demais, porém tinham como grande diferencial, tal como nos reporta seu criador:

O propósito de ensaiar integralmente um novo método, nos estudos e debates que ali se realizam e na atitude experimental dos professores, que examinam, ensaiam, verificam os resultados e estão sempre prontos a suspender os julgamentos, a reexaminar o problema e a estudar e reestudar continuamente os processos de ensino e educação. (TEIXEIRA, 1930, p. 203).

No entanto, é somente em 2007, com o advento da Portaria Interministerial nº 17 e, posteriormente, com o Decreto Presidencial nº 7.083/2010, que o governo federal assume uma política indutora focando fortemente a implantação da Educação Integral nas escolas públicas brasileiras, tendo como principal objetivo garantir a aprendizagem de todos os alunos.

OBJETIVO

Adquirir conhecimentos para fomentar os estudos e investimentos para implantação da Educação em tempo integral, como forma de desenvolvimento gradual da qualidade do ensino e por consequência, aumento dos índices escolares.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de cunho Bibliográfica explorativa. Ainda de acordo com Vergara (2010, p. 48), “Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido

com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Diante disso aborda autores sobre o assunto e entendimento diversos acerca do tema tendo como: livros, artigos da internet e citações não abordando pesquisa qualitativa ou quantitativa porque não utilizaremos pesquisas de campo ou de qualquer outro tipo com a abordagem qualitativa. Acredita-se que essa abordagem contribui significativamente, pois é aplicável a percepções e representações que são produtos das interpretações que os sujeitos sociais fazem da sua realidade (MINAYO, 2006).

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Nesse sentido, a Folha de S. Paulo (Caderno Mercado, 03/09/2011) recentemente trouxe elementos que reforçam o já conhecido interesse despertado pela educação em diferentes grupos de investidores. Em matéria intitulada "Educação Básica atrai grupos de mídia", o articulista Nelson de Sá traz alguns dados que mostram que a previsão de crescimento do país em meio à crise mundial e as perspectivas de novos investimentos em livros didáticos para o Ensino Médio e em sistemas de ensino, afirmada por acordos já consolidados com o Ministério da Educação, vêm atraindo grupos tais como o Pearson, da Inglaterra, o Houghton Mifflin Harcourt (HMH), dos Estados Unidos, e os grupos nacionais Abril Educacional, Objetivo e Positivo, entre outros. O articulista ainda ressalta que o empenho do governo federal tem tido o sentido de trazer à tona o debate sobre a qualidade da educação por meio de investimentos maciços em materiais cuidadosamente preparados para esquadrihar o trabalho das escolas públicas e dos professores e alunos, além dos amplos processos de avaliação. Em torno dessas medidas, configura-se uma noção de qualidade da educação que gira em torno de eficácia e eficiência, buscadas pelo desenvolvimento de competências passíveis de observação e quantificação, supostamente expressas nos níveis de rendimento dos alunos. Nesta perspectiva, o que pode ser entendido.

Santos (2010), em artigo no qual encaminha uma discussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos e o novo Plano Nacional de Educação, aponta para a centralidade da questão da educação em nosso país, em concordância com a perspectiva do desenvolvimento de uma concepção globalizante de educação, apontada anteriormente em referência a Gimeno Sacristán (1998). Além disso, identifica no Brasil e em muitos outros países, a força assumida pelo enfoque econômico na definição de mudanças educacionais. Assim, diz o autor:

[...] o aumento do interesse pela educação pode ser entendido como resultado do aumento de demandas relativas à qualificação da mão de obra e também da necessidade de ampliar a capacidade do país atrair investimentos, a partir da melhoria de seus índices educacionais. Se, internamente, há um interesse renovado e ampliado em relação à educação, [...], a literatura no campo das políticas educacionais tem mostrado que o mesmo tem ocorrido em vários países da Europa, bem como nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá, entre outros, em que uma série de reformas foi e está sendo introduzida, com vistas a maior eficiência dos sistemas educacionais. A literatura educacional também tem mostrado que essas mudanças quase sempre se orientaram por critérios estritamente econômicos, decorrentes de uma visão mercantil e mercadológica da educação, que passa a ser submetida a uma lógica empresarial nas suas formas de organização e funcionamento. (SANTOS, 2010, p. 836-837).

Manter os alunos mais tempo na escola, mais tempo em contato com recursos didáticos e métodos supostamente mais eficientes - cuja produção representa um filão de mercado muito atraente e rentável - pode significar uma formação coerente com as necessidades que movem nosso sistema produtivo. Daí que formação integral para os alunos da escola pública teria relação direta com a plena formação de consumidores e de cidadãos adequados para as necessidades instáveis dessa sociedade. Do estado de São Paulo, a Resolução SE n. 89 parece apontar nessa direção ao afirmar a intenção do projeto Escola de Tempo Integral: "promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a autoestima e o sentido de pertencimento" (SÃO PAULO, 2005, p. 1).

A QUEM SERVE A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL?

O Plano Nacional de Educação, de 2001, defende o tempo integral e a ampliação da jornada escolar, como uma de suas principais diretrizes:

A ampliação da jornada escolar para turno integral tem dado bons resultados. O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. O turno integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência. (PNE, 2010).

Paro (1988) afirma que, como resposta às reivindicações das classes populares por escolas, o governo implanta projetos de escolas de tempo integral, cuja motivação é a tentativa de amenizar os problemas sociais, além dos muros escolares, das classes populares, ainda que estes problemas não tenham “natureza propriamente pedagógica”.

De acordo com o Decreto nº 6.253/2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), “considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares” (BRASIL, 2007a).

Ao se pensar sobre educação escolar em tempo integral, deve-se considerar que ela pode ser realizada dentro da instituição escolar ou fora deste ambiente, mas sob sua coordenação. Na primeira, haveria maior centralidade do ambiente escolar, tido como lugar primordial para aprendizagens dos alunos. A segunda, contaria com os espaços comunitários para realização das atividades/oficinas, integrando a comunidade e seus espaços ao processo de aprendizagem. Essas atividades, como afirma Coelho (2012, p.82, *grifos da autora*), “[...] podem ou não estar vinculadas ao projeto pedagógico da instituição”.

Cavaliere (2009) diferencia estes dois modelos de educação em tempo integral como “escola de tempo integral” e “aluno em tempo integral”. Segundo a autora, na organização da escola de tempo integral haveria investimentos em mudanças no interior das escolas para que ofereçam condições necessárias à

presença de alunos e professores em turno integral (embora se possa verificar, em alguns projetos de escola de tempo integral, que o período integral não é previsto para o professor). Já no atendimento ao aluno em tempo integral, articular-se-iam instituições e projetos da sociedade para a oferta de atividades, preferencialmente, fora do ambiente escolar e no contraturno das aulas da Base Nacional Comum.

De acordo com a autora,

No primeiro [escola de tempo integral], a ênfase estaria no fortalecimento da unidade escolar, com mudanças em seu interior pela atribuição de novas tarefas, mais equipamentos e profissionais com formação diversificada, pretendendo propiciar a alunos e professores uma vivência institucional de outra ordem. No segundo [aluno em tempo integral], a ênfase estaria na oferta de atividades diversificadas aos alunos no turno alternativo ao da escola, fruto da articulação com instituições multissetoriais, utilizando espaços e agentes que não os da própria escola, pretendendo propiciar experiências múltiplas e não padronizadas.(CAVALIERE, 2009, p.53).

Cavaliere (2007) destaca algumas concepções de escola de tempo integral, vistas em projetos desenvolvidos no país. Segundo a autora, a visão predominante é a de cunho assistencialista, a qual vê a instituição escolar como um lugar para os desprivilegiados e que deve suprir as deficiências da formação dos alunos, substituindo a família e ocupando o

“Tempo livre” das crianças. Existiria, também, a visão autoritária, na qual a escola de tempo integral seria vista como uma instituição de prevenção ao crime e à violência. A visão democrática seria aquela que tem, por objetivo, cumprir um papel emancipatório, sendo “[...] um meio a proporcionar uma educação mais efetiva do ponto de vista cultural, com o aprofundamento dos conhecimentos, do espírito crítico e das vivências democráticas”(CAVALIERE, 2007, p. 1029).

Nestes três casos, o tempo da criança e do adolescente estaria “Aprisionado” pela escola, que centralizaria suas atividades num determinado espaço (prédio escolar) e tempo. Mais recentemente, segundo Cavaliere (2009), surgiu a visão multissetorial, que considera a educação em tempo integral independente da escola de horário integral, sendo esta educação realizada fora da própria escola, não se centralizando numa instituição de ensino. Esta visão se aproximaria do que a autora define como “aluno em tempo integral”, aspecto levantado anteriormente. Nela, as crianças têm a oportunidade de realizar atividades fora do prédio escolar, com

educadores da própria comunidade local. No entanto, estas atividades podem, ou não, estar relacionadas ao Projeto Pedagógico da escola, descentralizando os espaços e as atividades. Fato que traz discussões acerca do possível enfraquecimento da instituição escolar e a falta de investimentos no setor público.

É importante salientar que a discussão acerca da escola de tempo integral, por vezes, vem acompanhada de outro debate, o da “educação integral”, já que, numa escola de período integral, haveria maiores possibilidades, como tempo e espaços, para efetivação desta educação. (CAVALIERE, 2007, p. 1029)

Segundo Felício (2012), o conceito “educação integral” é polissêmico, não sendo possível compreendê-lo através de uma única maneira. Para Guará (2009), este conceito se definiria a partir de quatro perspectivas diferentes. A primeira estaria relacionada à formação integral do sujeito e ao equilíbrio entre seus diversos aspectos (cognitivo, afetivo, psicomotor, social e outros), articulando o processo educativo ao desenvolvimento humano. A segunda relacionar-se-ia à “[...] articulação entre as disciplinas curriculares e os conhecimentos em abordagens interdisciplinares e transdisciplinares”. (GUARÁ, 2009, p. 5).

A terceira estaria pautada na articulação da escola com outros espaços comunitários, fazendo parcerias com diferentes instituições para garantir atividades no contra turno escolar. Já a quarta perspectiva articular-se-ia à ampliação do tempo de permanência no contexto escolar, sendo focadas atividades para um melhor rendimento dos alunos.

No que se refere ao oferecimento de “educação integral”, Toledo *et al.* (2009) apresentam modalidades de escolas que podem ter como intenção o oferecimento desta educação, podendo ser realizada como *escola de tempo integral*, *escola integrada* (extensão do período escolar com o uso de espaços comunitários, por meio de parcerias e atividades ministradas por educadores comunitários), *parceria escola e ONG* (extensão do período de oferecimento de atividades por organizações não governamentais, com atividades ministradas por educadores) e *escolas em tempo parcial* (sem extensão do tempo escolar diário), já que a educação integral não se faria apenas com tempo ampliado. Assim, “os objetivos da escola de *tempo integral* não são específicos deste tipo de escola. São objetivos de toda escola, já

que toda escola deve almejar uma *educação integral*” (GADOTTI, 2009, p. 37, *Grifos da autora*).

E, ainda, para Paro (2009), a discussão acerca da educação integral deveria ser anterior à discussão da ampliação do tempo escolar diário, uma vez que, esta seria consequência daquela.

Da perspectiva de uma educação integral, a pergunta que se faz é se vale a pena ampliarmos o *tempo* dessa escola que aí está. E a conclusão a que chegamos é que, antes (e este é um “antes” lógico, não cronológico) é preciso investir num conceito de *educação integral*, ou seja, um conceito que suporte o senso comum e leve em conta toda a integralidade do ato de educar. Dessa forma, nem se precisará levantar a bandeira do *tempo* integral porque, para fazer-se a *educação integral*, esse tempo maior necessariamente terá que ser levado em conta (PARO, 2009, p. 18-19, *grifos do autor*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o trabalho o projeto capitaneado por Anísio Teixeira constitui-se na primeira experiência brasileira de educação pública em escolas de turno integral, sendo que, ao longo da história da educação brasileira, outras experiências foram vivenciadas no Brasil. Também mereceram destaque, como experiências de escolarização em tempo integral, os Ginásios Vocacionais organizados em São Paulo (década de 1960).

De acordo com o tema abordado pode-se verificar que a instituição de tempo integral tem grandes benefícios para a educação brasileira nos dias de hoje como ensino técnico integrado, amplos desempenhos com os estudantes envolvidos e engajamento no mercado de trabalho e podendo desenvolver grandes avanços para a população estudantil, com isso a educação integral traz grandes avanços.

Assim, ainda que as propostas de educação integral por meio da ampliação da jornada escolar se configurem como uma reforma que poderia resultar em mais e melhor escolarização de crianças e adolescentes neste país e que possam se

constituir como efetivo avanço na organização do tempo escolar, muitas concepções que têm orientado essas propostas desconhecem ou parecem desconhecer as contradições aí implicadas. Os objetivos foram completados no decorrer do trabalho.

REFERÊNCIAS

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de nove anos e o Plano Nacional de Educação: abrindo a discussão.** *Educação & Sociedade, Campinas*, vol. 31, n. 112, p. 833-850, jul-set. 2010.

_____. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira. *Educação e Sociedade*. v. 23, n. 81, p. 247-270. Campinas: Dez. 2002a. Disponível em: <www.scielo.br>.

_____. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral.** Em Aberto. v. 22, n. 80, p. 51-63. Brasília: Abr. 2009. Disponível em: <www.rbep.inep.gov.br>.

_____. **Quantidade e racionalidade do tempo de escola: debates no Brasil e no mundo.** *Revista Teias*. Ano 3, n. 6, p.1-15. Rio de Janeiro: Jul./Dez. 2002b. Disponível em: <www.periodicos.proped.pro.br>.

_____. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação e Sociedade*. v. 28, n.100, p.1015-1035. Campinas: Out. 2007. Disponível em: <www.scielo.br>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020.** Brasília: Congresso Nacional, 2011.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e educação integral.** Paidéia (Ribeirão

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. **Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral.** *Revista e-curriculum*. v.8, n.1. São Paulo: Abr. 2012. Disponível em: <revistas.pucsp.br>.

Preto). v.20, n.46, p. 249-259. Ribeirão Preto: Mai./Ago. 2010. Disponível em: <www.scielo.br>.

SANTOS, Lucíola L. C. P. **Currículo em tempos difíceis. Educação em Revista. Belo Horizonte**, v. 45. 2007. p. 291-306.

SÃO PAULO. **Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas**. 2ª versão preliminar das Diretrizes das escolas de tempo integral. 2006. SÃO PAULO. Resolução SE n. 89, de 9 de dezembro de 2005. **Dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral, Diário Oficial do Estado, SP**, 10 dez. 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de pesquisa em Administração**. 4ª edição – São Paulo: Editora Atlas, 2010.